

# Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa

## 2.<sup>a</sup> Vara Cível

**Processo n.º 1234/24.5T8LSB** – Declarativo de Incumprimento de Contrato de Prestação de Serviços

**Requerente:** XYZ – Serviços de Tecnologia, Lda., NIF 508 123 456, sede em Rua da Boavista, 45, 1200-066 Lisboa.

**Requerido:** ABC – Consultoria Empresarial, Lda., NIF 509 987 321, sede em Avenida da República, 123, 4000-250 Porto.

**Mandatários:** Dr. João Silva (OA 12345) e Dra. Maria Fernandes (OA 67890).

**Juiz Relator:** Dr. Carlos Mendes

**Data:** 12 de fevereiro de 2026

---

## Acórdão Interlocutório – Sobre a Produção de Provas Documentais

**Vistos** os autos do processo acima identificado, em que **XYZ – Serviços de Tecnologia, Lda.** (requerente) pretende a declaração de resolução do contrato celebrado com **ABC – Consultoria Empresarial, Lda.** (requerido), bem como a indemnização por perdas e danos e a restituição dos pagamentos antecipados, e tendo em conta os pedidos de produção de provas documentais formulados por ambas as partes, **resolve** o Juízo, nos termos do Código de Processo Civil, **artigos 357.º a 360.º**, sobre a admissibilidade e o modo de produção dos documentos requeridos.

---

### 1. Relatório

1.1. Em **15 de janeiro de 2026**, a requerente apresentou **pedido de produção de documentos** (fls. 102/108), solicitando a entrega, no prazo de 10 dias úteis, dos seguintes documentos por parte do requerido:

Nº	Documento solicitado	Fundamentação
1	Contratos de prestação de serviços celebrados entre a requerida e terceiros, durante o período de 01/01/2022 a 31/12/2024	Verificação de eventual concorrência desleal
2	Relatórios de auditoria interna relativos à execução dos serviços objeto do contrato n.º 2022/07	Avaliar a conformidade da execução
3	Correspondência eletrónica (e-mails) trocada entre as partes, entre 01/06/2022 e 30/09/2024	Demonstrar a existência de incumprimento grave

1.2. Em **22 de janeiro de 2026**, o requerido apresentou **impugnação ao pedido de produção** (fls. 115/120), alegando, entre outros, que:

- a) os documentos 1 e 2 contêm informação confidencial de terceiros, protegida pelo dever de segredo profissional (art. 26.º da Lei n.º 67/98, de 26 de agosto);
- b) o documento 3 inclui dados pessoais dos seus colaboradores, cuja divulgação violaria o Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (RGPD) e a Lei n.º 58/2019;
- c) a produção dos documentos não é necessária para a demonstração da pretensão da requerente, nos termos do art. 357.º, n.º 2, CPC.

1.3. As partes apresentaram, respectivamente, **réplicas** (fls. 130/135) e **tréplica** (fls. 140/145), reiterando os seus argumentos. Não houve pedido de produção de prova pericial nem de oitiva de testemunhas até à presente data.

---

## 2. Fundamentação

**2.1. Princípio da verdade material e da eficácia probatória** – O art. 357.º, n.º 1, CPC dispõe que “as partes têm o direito de produzir os meios de prova que entendam úteis para a demonstração dos factos constitutivos do seu pretendo direito”. Assim, a produção de documentos é admissível quando necessária à instrução do processo.

**2.2. Necessidade e proporcionalidade** – Nos termos do art. 357.º, n.º 2, CPC, “os documentos só podem ser exigidos se a sua produção for indispensável para a decisão da causa”. A requerente demonstrou, nas suas alegações (fls. 104-106), que os documentos solicitados são essenciais para comprovar a existência de incumprimento grave e a extensão dos danos alegados.

**2.3. Proteção de informações confidenciais e de dados pessoais** – O art. 26.º da Lei n.º 67/98 protege o segredo profissional, e o RGPD, incorporado na Lei n.º 58/2019, impõe limites à divulgação de dados pessoais. Contudo, o art. 360.º, n.º 1, CPC autoriza a prática de “medidas de proteção” (redação, anonimização, entrega de cópias) quando a produção de documentos envolve informação sensível, desde que tal medida não comprometa a eficácia da prova.

**2.4. Equilíbrio entre o direito à prova e a proteção de interesses legítimos** – O Tribunal tem a competência de determinar “condições de produção” que salvaguardem os direitos de confidencialidade e de privacidade, sem impedir a descoberta da verdade (art. 360.º, n.º 2, CPC).

**2.5. Jurisprudência aplicável** – O Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa, Processo n.º 5678/20.5T8LRS (12 de outubro de 2021), reconheceu que a produção de documentos contendo dados pessoais pode ser admitida, desde que sejam adotadas medidas de anonimização e que a parte que detém os documentos assine termo de confidencialidade.

---

## 3. Dispositivo

**1. Admite-se** o pedido de produção dos documentos constantes da Tabela 1 (fls. 102/108), nos termos e com as condições que se seguem:

Nº	Medida de proteção a aplicar
1	Entrega de cópias redigidas, com remoção de informações identificativas de terceiros, sob compromisso de confidencialidade (art. 360.º, n.º 1, CPC).
2	Entrega de relatório de auditoria interno em formato resumido, omitindo dados que revelem segredos comerciais, acompanhada de certificado de veracidade emitido pelo responsável da requerida.
3	Entrega de e-mails selecionados, com anonimização de dados pessoais (nome, número de identificação) e substituição por códigos, preservando o teor factual relevante.

**2.** O requerido deverá cumprir a presente decisão no prazo de **10 (dez) dias úteis**, contados a partir da notificação, entregando os documentos na secretaria da 2.ª Vara Cível, sob selo de confidencialidade, nos termos do art. 360.º, n.º 2, CPC.

**3.** Caso o requerido não cumpra a obrigação no prazo referido, será considerado **desobediência ao despacho**, nos termos do art. 374.º, CPC, podendo ser aplicada multa coercitiva de **€ 500,00** por dia de atraso, até ao limite de **€ 10 000,00**.

**4.** As partes ficam advertidas de que a violação dos compromissos de confidencialidade assumidos implicará a responsabilização civil e, se for o caso, criminal, nos termos da legislação aplicável.

**5.** Notifique-se o Ministério Público, nos termos do art. 172.º, n.º 2, CPC, para que, caso entenda necessário, intervenha no processo.

6. Registe-se e publique-se.

**Lisboa, 12 de fevereiro de 2026**

*Juiz Relator*

**Dr. Carlos Mendes**

---

*Documento emitido eletronicamente, nos termos do art. 36.º do Código de Processo Civil, e assinado digitalmente pelo Juiz Relator.*